PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE WALTER DA SILVA, Prefeito Municipal de Alvorada D`oeste, Estado de Rondônia, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

L
E
I

Art. 1º - O Orçamento do Município de Alvorada do Oeste, Estado de Rondônia, para o exercício de 2020, será elaborado de acordo aos princípios orçamentários: A – Unidade, B – Universalidade, C - Anualidade Ou Periodicidade, D - Exclusividade, E - Orçamento Bruto, F – Legalidade, G – Publicidade, H – Transparência, I - Não-Vinculação (Não-Afetação) Da Receita De Impostos, e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;
II - as Prioridades da Administração Municipal;
III - a Estrutura dos Orçamentos;
IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - as Disposições Gerais.

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2020, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portarias do STN. c/c PORTARIA Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019, em validade para o exercício 2020.

Parágrafo Único - Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes estão obrigados por força do Art. 63, inciso III, da LRF, a elaborar o Anexo de Metas e Riscos Fiscais de que trata o Art. 4º, § 1º, na forma definida na Portaria Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019, em validade para o exercício 2020.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituída pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4 º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

a) Demonstrativo 1 – Metas Anuais;
b) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
c) Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
d) Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
e) Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
f) Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
g) Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
h) Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo 1 - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes do exercício 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, Correção anual do Plano de Cargos Carreira e Salários, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 249/2010 c/c Portaria N nº 048, de 20 de novembro de 2014 e Portaria Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019 e suas alterações.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo ultimo PIB Estadual publicado, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - De acordo com o exemplo da 10ª Edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019, e suas alterações, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2017.

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

§ 2º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 577/2008-STN e Portaria N nº 048, de 20 de novembro de 2014 e 702/2014, e PORTARIA Nº 403, DE 28 DE JUNHO DE 2016, E Portaria Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019 que estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 577/2008-STN, PORTARIA Nº 403, DE 28 DE JUNHO DE 2016, e Portaria Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019 a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2017; 2018, 2019, 2020.

.

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através da Portaria Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019, expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2017, 2018, 2019,2020

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 estão definidas e demonstrada no Plano Plurianual de 2019 a 2022, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá todos os Poderes: Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas, Autarquias e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19 - A Lei Orçamentária para o exercício de 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, órgãos, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 28.03.2013 - D.O.U. de 03.04.2013; Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, (para exercício de 2017), c/c PORTARIA Nº 403, DE 28 DE JUNHO DE 2016 , com a bem como suas alterações posteriores, a qual deverão

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

estar anexados todos os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. E os citados no artigo.1º desta lei.

Art. 20 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária para o exercício de 2020, de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);
II - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu comprometimento, de 2013 a 2017 (art. 20, 71 e 48 da LRF);
III - Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas de 2013 a 2017 (art. 72 da LRF);

IV - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);
V - Demonstrativo dos Recursos Vinculados e Ações Públicas de Saúde (art. 77 dos ADCT);
VI - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento da Proposta ao Legislativo - (Princípio da Transparência, art. 48 LRF);
VII - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, com identificação dos Credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21 - O Orçamento para exercício de 2020 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (Arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF). E devera ser consideradas as projeções de receita

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

obtida através do Programa de Projeção de Receitas cedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia que devera ser calculado, ate final de agosto de 2019 conforme aviso site tribunal sigap.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF), de acordo com liberação sistema projeção receita SIGAP TRIBUNAL.

a) – Na elaboração do Orçamento, por força da Projeção da receita, ser a maior e ou a menor, o Executivo poderá suprimir e ou ampliá-la de acordo com o comportamento da projeção.

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2020, poderão ser expandidas em até 10%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2020 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

Art. 25 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2017 e por limitação de empenho em 2019.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

§ 3º - O poder Executivo em verificação do Endivimendo Orçamentário, despesa empenhada superior à receita realizada de recursos próprios e de transferências constitucionais e vinculados a programas continuados do governo federal serem insuficientes para cobrir as despesas este deverá realizar o contingenciamento de despesa afim do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, excluído os recursos de transferências voluntárias.

a) – o contingenciamento deverá ser realizado através de decreto enquanto perdurar o risco.

b) – a Previsão de Risco Fiscal deve ser verificada bimestralmente e quadrimestralmente, através dos relatórios de Execução Orçamentaria-RREO e dos Relatórios de Gestão Fiscal-RGF. Além de um acompanhamento sobre o comportamento da receita e despesa sobre todos seus aspectos.

Art. 26 - O Orçamento para o exercício de 2020 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% (três) por cento das Receitas Correntes Líquidas sendo 20% para passivos contingentes, 80% para abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF) de acordo com a expansão da receita.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de julho de 2020, poderão ser

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações ate o limite de 100% da reserva, que se tornaram insuficientes.

§ 3º - Fica autorizado o poder executivo a utilizar a Reserva de Contingencia para suplementar possíveis contra-partida de Convênios Estaduais e Federais.

Art. 27 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 28 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 29 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 30 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2020, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal ao Terceiro Setor, entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

Art. 32 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF), e suas alterações.

Art. 33 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 34 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 36 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 , e PORTARIA Nº 403, DE 28 DE JUNHO DE 2016 e suas alterações.

§ 1º – Fica Autorizado o Limite Máximo, de 20% (vinte por cento) de suplementação, para cada órgão da entidade, para permuta e transferência, de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, que poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167 VI da Constituição Federal).

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

§ 2º - Não se aplicando este Limite do § 1º deste art. As suplementações, transposição, o remanejamento ou a reformulação administrativa que deverá ser feita através de leis especificas.

Art. 37 - Durante a execução orçamentária de 2020, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, por força de convênios firmados, desde que não se enquadre nas prioridades já existentes para o exercício de 2019 (art. 167, I da Constituição Federal).

§ Único – Poderão ser abertos através de créditos suplementares os recursos provenientes de Transferências voluntarias, desde que já estejam contemplados nas programações projetos e atividades do orçamento em curso.

Art. 38 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 39 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2020 serão objeto de avaliação permanente pelos respectivos responsáveis das Unidades Orçamentárias Municipal, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40 - A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 30% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

Art. 41 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativas, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens, Realizar Concursos Públicos, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020.

Art. 44 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2020, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2019, acrescida de 10%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 46 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

II - eliminação das despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 47 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 48 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 49 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 50 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 52 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 53 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55 – Fica o poder executivo autorizado a firmar convênios e parcerias com entidades de classe de interesse social, educativa e cultural.

Art. 55 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSE WALTER DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

Mensagem Projeto de Lei n.008 /GAB/2019 **de 25 de abril de 2019.**

Senhor Presidente,

Com a nossa cordial e amiga visita, vimos por meio deste encaminhar para a elevada apreciação dessa Augusta Casa, o Projeto de Lei n.º ____/GP/2019, que dispõem sobre:

Tendo em vista que o Planejamento é composto por um conjunto de 03 (três) peças distintas entre-se porem tem existir compatibilidade com os seguintes itens de Planejamento:

1 – PPA – Plano Plurianual de Investimento

2 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentaria;

3 – LOA – Lei de Orçamento Anual;

Onde: a LDO deve ser extraída suas prioridades baseada nas Metas do PPA 2018/2022, tem que ser aprovada antes do primeiro período recesso legislativo, e devido alterações havida por força da PORTARIA Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019, e por determinação legal a LDO, deve ser enviada ao legislativo ate 30/04/2017, e estamos enviando dentro prazo solicitado pelo oficio nº 020/2019/CMAO, de 09/05/2019.

Diante do exposto, estamos com impossibilidade do envio dos anexos da LDO, quanto aos valores, quantitativos e qualitativos, somente com os valores previstos contidos no PPA para 2020, haja vista que encontra-se

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

compatibilidade entre LDO e PPA e o sistema ainda não esta disponível para emissão de relatórios para o exercício de 2020.

Sendo Assim Apresentamos em anexo conforme abaixo descrito o qual submetemos a aprovação dos nobres edis desta augusta casa de Lei o seguinte:

"ADENDO A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA Nº 886/2017", CONTENDO Memorial e Metodologias de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública, PARA O EXERCICIO DE 2018, contendo todos os anexos das metas, riscos fiscais, prioridades da administração contemplando o orçamento fiscal da Administração direta e indireta e da seguridade social, atendendo o principio da unicidade Art, 165 da CF c/c com o Art. 4º da Lei 101/2000.

Informamos que todos os anexos obedecem as portarias e manuais da STN/MF, as sejam o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 10ª edição, aprovado pela PORTARIA Nº 286, DE 07 DE MAIO DE 2019.

Estamos neste ato, apresentando os anexos citados no art. 4º da Lei 886/2017, conforme descrito abaixo:

"Art. 4 º - Os Anexos das Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes anexos:

1 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providencias; (art. LRF, art 4º, §3º);

2 - Demonstrativo de Metas Fiscais / Metas anuais;(art. LRF, art 4º, §1º);

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

3 - Anexo Metas Fiscais – avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício Anterior;(art. LRF, Art 4º, §2º, inciso I);

4 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três exercícios anteriores; (Art. LRF, Art 4º, §2º, inciso II);

5 - Evolução do Patrimônio Liquido; (Art. LRF, art 4 º, §2º, inciso;

6 - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;(LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

7 - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores ; e (LRF, art 4º, §2º inciso IV, alínea "a";

8 - Estimativa e Compensação da Renuncia de Receita. (LRF, art. 4º, §2º inciso 'V";

9 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado. (LRF, art. 4º, §2º, inciso "V")"

10 – Anexo – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para o Exercício de 2018.

11 – Demonstrativos de Indicador de Medida, Unidade de Medida, órgãos, Unidade Orçamentaria, Unidade Executora, Função, Sub-Função, Programa, ações e projetos atividades, Resumo prioridades LDO, Anexo Iv Planejamento orçamentário das Unidades, e Anexo V - LDO.

Estamos encaminhando ainda nesta oportunidade os anexos previstos no art. 20 da 886/2017 conforme abaixo:

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

"Art. 20 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária para o exercício de 2018, de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

II - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu comprometimento, de 2013 a 2017 (art. 20, 71 e 48 da LRF);

III - Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas de 2013 a 2017 (art. 72 da LRF);

IV - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);

V - Demonstrativo dos Recursos Vinculados e Ações Públicas de Saúde (art. 77 dos ADCT);

VI - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento da Proposta ao Legislativo - (Princípio da Transparência, art. 48 LRF);

VII - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, com identificação dos Credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

A aprovação do incluso Projeto de Lei, visa a necessidade de disciplinar, e a elaboração do orçamento programa para o exercício de 2018, em conformidade com a lei de responsabilidade, na fixação de metas e riscos fiscais que poderão vir afetar ou não sua execução.

Desta forma elaboramos os seguintes anexos para servir de memorial para a elaboração da presente lei. De acordo com o artigo 63, inciso III, da LRF, combinado com o Art. 4º § 1º Lei Complementar 101/00.

Diante do exposto, submetemos, assim, o Projeto de Lei em anexo, à elevada apreciação desta Edilidade na certeza de que, se aprovado, estaremos oferecendo a população e administração uma ferramenta de trabalho e desenvolvimento. Conseguinte incentivando-a a continuar sua luta, pois estará contribuindo, e muito, para o crescimento de nosso Município.

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração, encarecendo do ilustre Presidente e de seus nobres Edis, uma vez mais, o precioso apoio, para que juntos, olhando na mesma direção, possamos fazer desta terra um lugar próspero com dias melhores para nosso povo e cada um de nós em particular, bem como para as gerações futuras que nos sucederão.

Atenciosamente,

JOSE WALTER DA SILVA
Prefeito Municipal/2017/2020

EXMª.
JOAO LUIZ DE SOUZA SILVA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br

PROJETO DE LEI N° 008/2019 **Em, 25 de abril de 2019.**

ALVORADA DO OESTE- RO.

Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste – RO – Avenida Marechal Deodoro, 4595, Bairro Três Poderes – CEP 76.930-000 – Fone: (s) (69) 3412-2169 – 3412-2169 E-mail: gabinete@alvoradadooeste.ro.gov.br